

CORREIO POLÍTICO

GoUp Entertainment

POR
RUDOLFO LAGO



Jim Caviezel em cena como Jair Bolsonaro

“Dark Horse” também pode ser “Cavalo Obscuro”

Depois que circulou o roteiro do filme “Dark Horse”, a polémica cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro, o humorista Gregorio Duvivier fez um paralelo com uma clássica comédia da década de 1960 dirigida por Mel Brooks, “Primavera para Hitler”. Na comédia, dois produtores picaretas tratam de produzir a pior peça de teatro de todos os tempos para dar um golpe. A ideia é que a peça – no caso, um musical sobre Adolf Hitler – fosse o mais absoluto fracasso. Com isso, eles não precisariam devolver nada aos patrocinadores, uma vez que a peça não teria rendido nem um tostão, e embolsariam o dinheiro. No revirado mundo de hoje, pode até ser que haja quem veja qualidades em “Dark Horse”.

Há muita coisa mal explicada

Mas há muita coisa, de fato, que precisa ser explicada na história desse filme. A pesquisa Vox divulgada na sexta-feira (5) é mais uma a mostrar o estrago eleitoral que a história produziu sobre a campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Lula abriu 8,5 pontos percentuais sobre Flávio no primeiro turno, e o venceu no segundo turno por 6,5 pontos. E o ponto principal parece ser: Flávio não tem a menor comprovação do que afirma.

Reprodução



“Primavera para Hitler”: ideia era produzir um fracasso

Quanto foi para financiar o filme?

Flávio Bolsonaro pediu a Daniel Vorcaro R\$ 134 milhões para financiar o filme, o que, de longe, já torna “Dark Horse” a produção mais cara já financiada no Brasil. Desse total, pegou efetivamente R\$ 60 milhões. Só que não há até agora comprovação do uso de um centavo sequer desse dinheiro no filme. Flávio fala de um contrato. Mas onde está o contrato? Do filme, efetivamente, além do roteiro, se viu um trailer com algumas cenas. Produzido, pelo menos ele foi. E o ator principal, Jim Caviezel, não gostou muito do Brasil e voltou para casa antes do fim.

TCU apontou ONG como “fachada”

“Dark Horse” foi o primeiro filme da produtora GoUP. Que pertence a Karina Ferreira da Gama, que é também presidente do Instituto Conhecer Brasil (ICB), agora investigado pela Polícia Civil de São Paulo por contratos com a prefeitura de São Paulo para instalar uma rede de wifi em bairros da periferia da cidade. Investiga-se desvio de recursos e uso de notas falsas.

“Fachada”

Segundo reportagem da Agência Pública, já em 2012 o Tribunal de Contas da União (TCU) desconfiava que o ICB fosse uma ONG de fachada. Isso está em uma auditoria que investigava um contrato de R\$ 553 mil oriundo de uma emenda orçamentária do então senador Gim Argello para um festival de música.

Sigilo

A Polícia Federal (PF) estuda pedir a quebra de sigilo do fundo que geriu o dinheiro para o filme. Há uma suspeita da PF de que pelo menos parte desse dinheiro pague o aluguel da casa onde mora Eduardo Bolsonaro no Texas. A casa é avaliada em R\$ 6 milhões e o aluguel é em torno de R\$ 30 mil mensais.

Dinheiro

Eduardo Bolsonaro mandou-se para os Estados Unidos em 2025. Teve seu mandato de deputado federal cassado por faltas. Responde a processo disciplinar na Polícia Federal, onde é escrivão, por abandono de emprego. De lá, também não recebe mais salário enquanto o processo não se conclui.

Explicações

Sempre é possível que para tudo isso haja explicações. Mas elas demoram a surgir. E quanto mais tempo se espera por essas explicações, mais complicadas ficam as coisas para Flávio Bolsonaro. Num primeiro momento, até houve a sensação de que o impacto eleitoral pudesse não ser tão grande. Mas Flávio vai perdendo terreno.

Delação

Um outro fator complicador é que os bastidores dão conta de que na sua nova tentativa de delação premiada, Daniel Vorcaro irá entrar em detalhes sobre o tal financiamento do filme. O que dirá Vorcaro poderá ajudar a esclarecer qual era, de fato, a finalidade do dinheiro que era tratado como “prioridade”.

Filme ruim?

Voltando à tese de Gregório Duvivier, será preciso saber que reação de fato o público terá com relação ao filme. Até por conta de toda essa polémica que surgiu. Em tempo: ao contrário do plano original dos produtores picaretas, no filme de Mel Brooks “Primavera para Hitler” acaba virando um sucesso. Como comédia.



Alcolumbre deve reunir líderes esta semana

Senado define cronograma do fim da 6x1

Semana tem ainda debate sobre PL da Misoginia

Por Gabriela Gallo

Após uma semana mais calma devido ao feriado, os dias deverão ser mais movimentados no Congresso Nacional. A expectativa é que o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se reúna com os líderes da Casa para que definam o cronograma da discussão e quem será o relator da Proposta de Emenda à Constituição que determina a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o fim da escala 6X1 (PEC 221/2019).

O texto fora aprovado no plenário da Câmara dos Deputados com ampla margem de apoio, inclusive por parlamentares da oposição – que em grande parte trocaram de discurso mirando nas eleições gerais em outubro deste ano.

Alcolumbre chegou a pautar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado uma PEC alternativa da oposição que flexibiliza a escala de trabalho, mas determina que a jornada tem que ser feita mediante acordo entre funcionário e patrão e que o salário efetivado seja pago baseado nas horas trabalhadas.

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), adiantou que não pautará a medida e priorizará a PEC que veio da Câmara. Além disso, após críticas para a PEC alternativa (que passou a ser batizada de PEC da

escala 7X0), parlamentares da oposição que tinham manifestado apoio à proposta retiraram suas assinaturas.

Já no Poder Judiciário, nesta quarta-feira (10) o Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento acerca do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), legislação que regula o uso da internet, tal como redes sociais no Brasil. Os ministros vão esclarecer questionamentos acerca da última decisão da Suprema Corte, em 26 de junho do ano passado, que julgou parcialmente inconstitucional o artigo 19 da Lei, que trata da responsabilidade das plataformas digitais em retirar conteúdos que configurem crimes.

No julgamento desta quarta-feira, os ministros analisarão os pedidos de esclarecimento da decisão de 2025. O caso é polêmico por trazer à tona o debate acerca do limite da liberdade expressão no âmbito virtual. Vale destacar que o conceito de “liberdade de expressão” na Constituição brasileira não é absoluto, portanto, quem cometer crimes no ambiente virtual pode responder criminalmente.

Ainda nesta quarta-feira, está prevista a entrega do relatório final do Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados que analisa o projeto que equipara a misoginia ao crime de racismo. A relatora é a deputada Tabata Amaral (PSB-SP).